

**LÍNGUA, PODER E IDENTIDADE EM NGUGI WA THIONGO
E KANAVILLIL RAJAGOPALAN / LANGUAGE, POWER AND
IDENTITY IN NGUGI WA THIONGO AND KANAVILLIL
RAJAGOPALAN**

*Dernival Venâncio Ramos**

*Edna Sousa Cruz***

Resumo: Nos últimos anos, os teóricos denominados pós-coloniais, como Edward Said (1995), Homi Bhabha (2001) e Stuart Hall (2003), para citar os mais conhecidos, têm se preocupado em problematizar os binarismos que geralmente vem à tona, quando o tema de discussões são as relações entre colonizadores e colonizados. A Língua é um objeto apropriado a essa tentativa de superar estes binarismos, pois tem sido vista como um dos instrumentos de dominação colonial. Linguistas e antropólogos consideram a língua um instrumento que revela a identidade de um povo e promove a integração cultural, no presente e no passado. Neste trabalho, nos pautamos pelos argumentos de dois intelectuais pós-coloniais que tratam dessa temática, o queniano Ngugi Wa

* Doutor em História pela Universidade de Brasília. Professor do Colegiado de História e do Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína. Email: dernivaljunior@gmail.com.

** Professora de Língua Inglesa da Universidade Estadual do Maranhão – Centro de Estudos Superiores de Imperatriz. Mestranda em Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins. Email: edna.s.cruz@hotmail.com.

Thiongo e o indiano Kanavillil Rajagopalan, tentando ler seus argumentos como projetos identitários. O primeiro um projeto de identidade étnico e nacional; o segundo, um projeto pós-nacional e cosmopolita. Pensamos que seus textos e posicionamentos são fundamentais para entendermos as relações entre língua, poder e cultura na segunda metade do século XX. O cenário é o contexto das relações entre as potências europeias, os povos colonizados e aqueles em processo de descolonização.

Palavras-chave: colonização; descolonização; língua; cultura; identidade.

Abstract: Recently, the so-called post-colonialist theoreticians such as Edward Said (1995), Homi Bhabha (2001) and Stuart Hall (2003), to name only the most famous ones, have been concerned with problematizing the binarisms which generally emerge when the theme of discussions is the relations between colonizers and the colonized. As language has been seen as one of the tools for colonial domination, it is a suitable object for accomplishing this attempt to overcome these binarisms. Linguists and anthropologists see language as a tool which reveals people's identity and promotes cultural interaction, both past and present. The considerations presented in this paper are guided by the works of two post-colonial authors who deal with this issue, Kenian Wa Thiongo and Indian Kanavillil Rajagopalan, trying to read their argumentation as identity projects; the former with a project on ethnic national identity and the latter with a project on post-national and cosmopolitan identity. We think those authors' texts and viewpoints are fundamental for the understanding of the relations between language, power and culture in the second half of the 20th century. The scenario is the context of the relations between European powers and the colonized people and the process of de-colonization of the latter.

Keywords: colonization; decolonization; language; culture; identity.

Introdução

Na obra *Era dos impérios*, o historiador Eric Hobsbawm (2002) afirma que no final do século XIX, alguns países do norte da Europa dominaram, de modo notável, quase oitenta por cento do território do globo. Desses países, aquele que se destacou como a grande potência de então foi a Inglaterra, a quem correspondia mais da metade do domínio colonial referido. O colonialismo britânico, que não se iniciou nesse momento, possibilitou à Língua Inglesa ir às terras de além-mar, fortalecendo-se, assim, geopoliticamente através do processo emigratório da metrópole para os territórios coloniais americanos, nos séculos XVI e XVII, e africanos e asiáticos, no século XIX e XX.

A dominação dos colonizadores europeus sobre o colonizado foi sustentada por meio de violência física, psicológica e simbólica. A desarticulação das culturas e identidade locais, ocorridas, por entre outros motivos, pela imposição da língua do colonizador, está ligada à última categoria. Os povos colonizados reagiram de modos diversos a essa imposição cultural e linguística. Neste texto, vamos nos deter em algumas dessas reações ao que poderíamos chamar a língua do colonizador, de modo especial o idioma inglês. Visto que entre colonizadores e colonizados existem relações de dominação e resistência, o poder e a luta por ele é parte do contexto em que se dá a relação entre a cultura do colonizador e os povos colonizados.

As relações entre colonizadores e colonizados, porém, sempre esteve perpassada pela resistência. Nesse sentido, como afirma Edward Said (1995), em todos os lugares em que houve o domínio de um grupo por um estado estrangeiro, houve reação, e na maioria das vezes, a resistência, ao menos no que diz respeito à política, com o passar do tempo saiu vitoriosa. Basta pensarmos que entre a Conferência de Berlim, que marca o início da colonização efetiva da África em 1885, e a independência de Gana, primeiro país africano a se tornar independente, em 1957, transcorreram menos anos que o intervalo de uma vida, setenta e dois anos. O paradoxal desse processo, na África e na Ásia foi que, por uma série de motivos, ao se tornarem independentes, essas ex-colônias elegeram, não poucas vezes, o idioma do colonizador como língua nacional. A descolonização foi atravessada por uma

questão política e cultural que pode ser articulada assim: como lidar com a herança linguística e cultural que a colonização deixara.

Em *Cultura e Imperialismo*, Edward Said (1995), chama atenção para o valor de rememorarmos o passado, a fim de que possamos fazer uma leitura crítica do presente. Segundo ele, “a maneira como formulamos ou representamos o passado molda nossa compreensão e nossas concepções do presente” (p.35). As versões sobre os fatos passados sejam elas verídicas ou não, por vezes legitimam ações no presente, e nesse sentido, o colonialismo e o imperialismo, se autojustificam, com base na ideologia dominante à época de sua implantação, de que estariam levando a civilização àqueles considerados tribais, portanto “selvagens”, seres mais próximos da natureza que da cultura, têm reverberações no presente.

A relação entre línguas e culturas espelha as relações de forças entre nações nas quais aquelas que ocupam posição central, detêm o poderio político e econômico o que lhes assegura a hegemonia de seu idioma sobre os das nações consideradas periféricas. Esta tensão, como informa Lacoste (2005), não é algo recente: “ há séculos, a difusão de uma língua em determinados territórios, em detrimento das línguas que até então eram faladas ali, traduz rivalidades de poderes nesses territórios” (p.7). O modelo do colonialismo britânico e da língua inglesa é exemplar nesse sentido. Uma ilustração desse fato são as representações sobre a língua inglesa em sociedades periféricas como o Brasil. Sendo assim, conhecer esse passado é fundamental para questionar as relações de força, de dominação e resistência, no presente.

1 Instituinto uma metáfora de resistência

Historicizar é uma tática para não deixar que processos históricos não sejam naturalizados. Mas isso nem sempre é fácil de ser realizado, pois, em geral, os grupos de nações dominantes impõem sua versão da história, dificultando que outros pontos de vista ou outras histórias emergjam. O caso da língua inglesa, hoje idioma hegemônico, pode ser interessante para corroborar essa narrativa. Na Idade Média, o inglês era a língua dos “sem berço” e “cultura”, enquanto que o latim e o francês eram considerados línguas hegemônicas. A primeira era a língua dos eruditos, a língua oficial da Igreja; a segunda, língua da monarquia e da nobreza. Apenas no começo da era moderna, por volta de 1500, esse fato começou a mudar. As obras de Shakespeare contribuíram significativamente para o avanço, posto o uso de

uma linguagem literária, fora dos padrões convencionais da época, o que favoreceu a simplificação deste idioma. Logo em seguida, no período conhecido como *Modern English* (Inglês Moderno) houve certo esforço de padronização da língua inglesa. Daí em diante, o idioma de *Beowulf* cresceu em prestígio e uso pelo mundo afora, à medida que o colonialismo britânico e o norte-americano¹ avançavam no globo, chegando ao século XX, como língua hegemônica no mundo. De modo que a modernização desse idioma esteve ligada ao processo de expansão marítima e comercial.

Como já dissemos o processo de colonização, em termos históricos gerais, de terras de além-mar pode ser dividido em dois momentos: a colonização da América no século XVI e da África no final do século XIX. Essas colonizações não foram um processo pacífico, a resistência a elas geraram inúmeras guerras de conquistas com resultados desastrosos do ponto de vista humano e cultural. Uma das primeiras tentativas de narrar esse processo é retratada em *The Tempest*, (A Tempestade), última peça de Shakespeare, escrita em 1612.

Interessa-nos, sobretudo Caliban, personagem da peça, habitante de uma ilha caribenha conquistada por Próspero, o qual é obrigado a aprender a língua do colonizador depois de seu povo ter sido, provavelmente, exterminado. Esta destruição simbolizaria, entre outras coisas, a concepção de que “a língua materna do colonizado, aquela que é alimentada com suas sensações, suas paixões e seus sonhos, aquela em que se liberam ternura e seus espantos, aquela, enfim, que envolve para ele a maior carga afetiva, é precisamente a menos valorizada” (MEMMI, 2007, p. 148). Para Próspero, Caliban não possuía língua – já que ele teria lhe ensinado a falar, nem cultura, vez que era considerado um selvagem, um canibal. Ainda seguindo Memmi, ao impor sua língua ao colonizado, o colonizador o colocava em constante posição de inferioridade e submissão, minando-lhe a autoestima, negando-lhe usufruir de direitos universais como a dignidade, ao mantê-lo cativo, em “estado de subumanidade” (MEMMI, 2007, p.280).

Desse modo, a língua do colonizador era imposta com dois propósitos: dominar os habitantes nativos e assegurar ao colonizador a manutenção do poder, isso porque “a dominação do povo através das línguas das nações colonizadoras

¹ Está fora do escopo deste trabalho detalhar e discutir sobre os componentes dessa conjuntura.

era crucial para a dominação do universo mental do colonizado” (WA THIONGO, 1986, p.16).

Esse controle se fazia presente nos aspectos sociais e econômicos, porém, o principal alvo era o controle da linguagem cotidiana, àquela que, via de regra, faz com que o homem mantenha uma relação estreita e direta com o trabalho, o que evidencia ser um dos propósitos do colonialismo, fazer os povos colonizados acreditarem que competir com o seu colonizador seria uma batalha perdida, posto que nesta relação desigual nenhuma regalia era-lhe concedida, para que o colonizador (até mesmo o menor deles) pudesse desfrutar de todos os privilégios. Complementando essas ideias, Memmi (2007:p.46) afirma que o colonizador tem

[...] o respeito do próprio colonizado, que concede a ele mais do que aos melhores dos seus; que, por exemplo, confia mais na palavra dele do que na dos seus. Pois ele possui, de nascença, uma qualidade independente de seus méritos pessoais, de sua classe objetiva: participa como membro do grupo dos colonizadores, cujos valores reinam.

Esse mesmo efeito pode ser observado na peça mencionada, *The Tempest*, porquanto, um dos seus temas centrais é a luta contra o conquistador, na qual a língua ocupa lugar de destaque. Caliban, como o peso do nome já o define, seria “rude e rebelde” (p.33); seria a personificação do selvagem desprovido de qualquer intelecto e racionalidade, e que teria sido elevado à condição de homem por Próspero, quando este o ensina a falar. A este respeito, Mannomi citado por Retamar (1988:p.27), afirma:

Próspero deu a Caliban a linguagem, e com ela, uma história não manifesta de consequências, uma história de futuras intenções. Essa dádiva da linguagem não significa o idioma inglês particularmente, mas a fala e o conceito como um meio, um método, uma via necessária voltada para regiões de si próprio que não podiam ser atingidas de outro modo.

Para Caliban, aprender a língua de Próspero, tanto na acepção da palavra como metaforicamente, é um meio de rebelar-se contra o colonialismo, como demonstra este enunciado: “A falar me ensinaste, em verdade. Minha vantagem nisso é ter ficado sabendo como amaldiçoar. Que a peste vermelha vos carregue, por me terdes ensinado a falar vossa linguagem” (SHAKESPEARE, 1999) p.44). Aprender a língua do seu senhor, para Caliban significa autoempoderar-se para amaldiçoar o opressor e lutar para reconquistar a liberdade. Em outras palavras, a língua

usada como instrumento de poder pelo colonizador, e imposta ao colonizado, reverte-se em arma de luta para o colonizado, e esta via dupla por onde a língua circula, é uma das características da linguagem mais discutidas pelos estudiosos: o fato de ela ser instrumento, ao mesmo tempo, de dominação ou manutenção do poder, como também de libertação.

Retomando a ideia de Said (1995) sobre a mútua modelação do passado e do presente, comentada no início deste escrito, há que se afirmar que autores comprometidos com a descolonização, nas décadas de sessenta e setenta do século XX, retornam a Caliban, enfatizando esses trechos de *The tempest*. Nesse sentido, a personagem passa a ser, para autores como Fernandez Retamar, Lamming, dentre outros, o símbolo da relação de resistência dos homens colonizados em relação à cultura e à língua dos colonizadores. Essa leitura foi sendo institucionalizada ao longo das últimas três décadas, a ponto de ela ser naturalizada para muitos autores. É bom, sobretudo, que não se perca de vista que ela é fruto de uma leitura interessada, historicamente compreensível de um personagem que, de início, foi visto de outro modo.²

2 Política de identidade em Ngugi Wa Thiong'

As questões discutidas pelo escritor queniano Ngugi Wa Thiong'o (1986) no texto/manifesto *The Language of African Literature* (A língua da literatura africana) que foi publicado no seu livro *Decolonizing the Mind* (Descolonizando a Mente), configura-se uma denúncia do colonialismo cultural – ou mental, como ele prefere dizer, as quais evidenciam-se na forte penetração e influência da língua inglesa na vida dos africanos ex-súditos britânicos, como os quenianos, que os estaria distanciando das línguas maternas e desarticulando as culturas locais. Interessa-nos; sobremaneira, os questionamentos deste autor acerca da continuidade da língua inglesa como língua de referência para, por exemplo, a literatura, o Estado e as relações sociais nos contextos urbanos, etc.

O Quênia, e vários outros países africanos, ex-colônias inglesas, tiveram forte penetração cultural britânica durante o período entre 1885 e 1960. A independência

² Retamar inicialmente refere-se a Caliban como sendo a personificação do Caraíba, povo forte e corajoso da região cunhada por ele de “Caribe europeu”, o qual resistiu heroicamente à ocupação de suas terras pelos europeus.

nacional em 1963 deixou a colônia no dilema entre que língua instituir como língua nacional. Como afirma Kwame Appiah (2001), a escolha de qualquer língua nativa seria privilegiar um dos vários grupos que compunham o território da ex-colônia. Sob esta perspectiva, a continuidade da língua inglesa foi o caminho escolhido para tentar instituir uma identidade nacional queniana. Essa, para Wa Thiongo, seria uma contradição insustentável, pois no seu entender, manter a Língua do colonizador era manter o colonialismo cultural, manter a mente colonizada.

Tomemos como ponto de partida o que se pergunta Chinua Achebe, referenciado por Wa Thiongo (1986): “É correto que um homem deva abandonar sua língua materna pela de outrem?” (p.7). Ao responder a seu próprio questionamento, o autor deixa implícito que este, não é um assunto que se encerra com uma resposta afirmativa ou negativa, ao contrário; é controverso e desperta sentimentos conflituosos, evidentes na sua justificativa por não assumir sua língua nativa no campo literário:

Isto é como uma terrível traição e produz um sentimento de culpa. Mas para mim não há outra escolha. Foi-me dada uma língua e eu pretendo usá-la. [...] Eu sinto que a língua inglesa será capaz de suportar o peso da minha experiência africana. Mas ela terá de ser um novo inglês, ainda em comunhão com sua casa ancestral, mas alterada, a fim de se adequar às novas vizinhanças africanas. (ACHEBE *apud* WA THIONGO, p. 7-8)

A esse respeito, Wa Thiongo assim se posiciona:

Eu acredito que escrever em Gikuyu, uma língua queniana, uma língua africana, é parte e parcela das lutas anti-imperialistas dos povos quenianos e africanos. Nas escolas e universidades, nossas línguas quenianas – que são as línguas da maioria das nacionalidades que compõem o Quênia – foram associadas com qualidades negativas de atraso subdesenvolvimento, humilhação e castigo. Nós que estudamos neste sistema escolar, desenvolvemos uma ira pelo povo, cultura e valores da língua de nossa humilhação e castigo diário. Eu não quero ver as crianças quenianas crescendo nesta tradição imperialista de imposição de desprezo pela forma de comunicação desenvolvida por suas comunidades e suas histórias. Eu quero que elas transcendam à alienação colonial. (p.28)

Em ambos os casos, a consequência deste antagonismo, segundo Rajagopalan (2005), é a inversão dos propósitos da língua inglesa, a qual, ao contrário do que sempre ocorre, neste contexto; estaria a serviço dos interesses, tanto de Achebe como de Wa Thiongo. Enquanto o primeiro preferiu subverter a ordem

optando por usar a língua inglesa; o segundo optou por não submeter-se ao uso deste idioma. O posicionamento deste último se justificaria, para ele, pela brusca ruptura com a cultura viva de seu povo mantida pela tradição oral e por ter de usar a língua do colonizador que reflete o cotidiano, os costumes e as histórias de um outro lugar que não o de sua comunidade, como ele mesmo relata, a seguir:

A língua através das imagens e dos símbolos nos dava uma nova visão do mundo, transportando em si própria beleza. A casa e o campo funcionavam como nosso pré-escolar; mas o que é importante para essa discussão, é que a língua dos serões, a língua da nossa comunidade, mais ampla e [mais] próxima, e a língua do nosso trabalho nos campos era uma só; Depois eu fui para a escola, a escola colonial, e toda esta harmonia foi quebrada. A língua da minha educação não era mais a língua da minha cultura [...]. No Quênia, a língua inglesa tornou-se bem mais do que uma língua; era a língua e todos deviam curvar-se com total deferência perto dela. (WA THIONGO, 1986, p.11).

Essa posição a respeito da língua inglesa, a língua do colonizador, sinaliza que o seu uso afetaria profundamente a percepção dos africanos sobre si mesmos; posto que, ao se “divorciarem” de sua própria língua, a visão de mundo e a forma de situar-se nele passam a ser expressas na língua que lhes fora imposta, e a qual reflete as dinâmicas coloniais, entre elas a instrumentalização do ensino do novo idioma. Desse modo, “a aprendizagem para uma criança colonial passou a ser uma atividade cerebral e não mais uma experiência emocional” (WA THIONGO, 1986, p.17). Esta experiência, segundo Memmi (2007), nega à criança colonizada o direito de conhecer sua história e seu povo, bem como seus feitos heroicos, posto que “a memória que é constituída para ela seguramente não é a de seu povo. A história que lhe é ensinada não é a sua. Ela sabe quem foi Colbert ou Crownell, mas não quem foi Khaznadar; quem foi Joana d’Arc, mas não Kahena. Tudo parece ter acontecido em outro lugar; seu país e ele próprio estão no ar, [...]”(p.145).

Sendo a língua canal por onde a cultura transita e veicula valores, não é difícil imaginar o(s) conflito(s) que essas crianças enfrentam advindos de referenciais tão controversos; vez que, a escola, sendo aparelho ideológico do Estado (cf. ALTHUSSER, 1985) impõe-lhes valores preconizados pela sociedade e pelos Estados, e que serão perpetuados por meio da língua. Em acréscimo a isso, o sociólogo Pierre Bourdieu (1998), ao cunhar o que ele denomina violência simbólica, evidencia os modos tácitos e quase inconscientes de dominação cultural e social, que ocorrem nos hábitos diários, inculcados nos sujeitos sociais. Tudo que

lhes é ensinado é na acepção da palavra do mundo exterior: valores e estilo de vida lhes são inculcados de forma a moldar, entre outras coisas, seu modo de falar, agir e pensar.

Nesse contexto, os ingleses assegurariam o valor da sua língua, propagando a ideologia de que o inglês é uma espécie de fórmula mágica de ascensão à posição de elite colonial (WATHIONGO, 1986; PHILLIPSON, 1992), uma vez que o domínio da norma culta da língua seria imperativo para garantir sucesso, tanto educacional quanto profissional, além de rotular como ignorante e desprovido de intelectualidade todo nativo que não consegue falar inglês fluentemente. Esta seleção cultural, em moldes darwinianos – os aptos vencem –, concedia aos nativos que dominavam a língua e os valores ingleses, acesso aos postos mais influentes no mundo colonial. De acordo com o escritor nigeriano Njoku (*apud* SÉBILLE-LOPEZ, 2005), esse estigma marcou tão profundamente seu povo que, para muitos de seus colegas universitários, era atitude glamourosa vangloriar-se de suas próprias dificuldades para falar sua língua materna, e “[...]; foi desse modo que se insinuou a ideia de que a língua ibo era “idiota”, fazendo com que mais e mais ibos tomassem distância de sua própria língua para substituí-la pelo inglês” (p.109). Isso demonstra que enquadrar-se ao “estilo europeu de ser”, assemelhar-se ao colonizador, implica perdas e rompimentos com suas tradições culturais, origens e principalmente com sua língua.

Esses argumentos, se lembrarmos que foram formulados no contexto da descolonização política da África, ganham força política, posto que a descolonização foi um processo o qual implicava retomada de valores e posturas pré-coloniais, e de certa maneira uma inversão de posição. De acordo com o intelectual e anti-colonialista antilhano Frantz Fanon (2008):

Na descolonização, há, pois exigência de uma reformulação integral da situação colonial. A sua definição pode, se quisermos descrevê-la com precisão numa frase bem conhecida: os últimos serão os primeiros. A descolonização é a verificação desta frase. (p.7)

Nesse sentido, a descolonização, como processo político, envolve(ria) uma inversão de valores. A língua e a cultura do colonizador teriam que ser combatidas junto com o seu domínio econômico e político. Olhando por este ângulo, para além do uso pragmático que o idioma do colonizador, a posição de muitos intelectuais e escritores como Wa Thiongo foi radicalizar a descolonização, passando das esfe-

ras políticas e econômicas para as esferas culturais e linguísticas. Produzindo o que ele chama de descolonização mental.

Wa Thiongo, contudo, não apenas teorizou a descolonização mental, como tentou efetivá-la. Ele escreveu seu primeiro romance em língua étnica africana e fundou o primeiro jornal em Gykuyo, o seu idioma familiar e étnico. O romance, *Um grão de trigo*, teve sua versão em inglês feita pelo próprio autor e a partir dessa versão ele foi adaptando-o a outras línguas, como o português. Sob esta perspectiva, sua posição é política e linguística, uma vez que ele não consegue ver separação entre essas duas esferas. Em acréscimo, de acordo com sua posição e argumentos, não é a língua que vai canalizando a identidade; a defesa de uma posição política é, para ele, inseparável de uma identidade cultural. Essa política identitária se orienta pela recusa estratégica do uso da língua do colonizador.

3 Outra política de identidade em Kanavillil Rajagopalan

Os argumentos de Wa Thiongo podem ser questionados se levarmos em conta que ao escrever um romance, mesmo que seja em sua língua étnica, o *gykuyo*, estaria lançando mão de uma linguagem literária oriunda do Ocidente europeu e que, conforme Edward Said (1995) está profundamente relacionada ao imperialismo. Por outro lado, ao 'escriturar' uma língua oral, ele não estaria recontextualizando-a dentro de padrões de cultura letrada originária no mesmo Ocidente? Parece ser esse um problema, se expulsarmos a história pela porta, ela retornará pela janela. Em um mundo construído a partir do contato; às vezes secular, entre colonizadores e colonizados já é muito complicado demarcar fronteiras fixas entre culturas e línguas "nativas" e "invasoras".

O linguista indiano radicado no Brasil, Kanavillil Rajagopalan reivindica a figura de Caliban, que para ele é "o porta-voz de todos os povos pós-coloniais que almejam libertar-se da herança colonial" (p.150). Esta herança, ao que parece, ainda estaria profundamente arraigada em todos nós, seja pela forte influência da metrópole, por via da literatura, segundo Retamar (1988), e/ou pela língua que (não) falamos, conforme Wa Thiongo (1986).

Kanavillil Rajagopalan (2009), refere-se à imposição da língua inglesa a muitos dos indianos de sua geração como "um verdadeiro espinho atravessado na garganta" (p.42), posição essa muito semelhante à de Wa Thiongo. Contudo, para ele, a língua do colonizador, no caso o Inglês, tornou-se uma língua mundial, isto porque a colonização foi redefinida em termos globais como ressalta Breton (2005):

Podemos ousar dizer que, definitivamente, não há nenhuma categoria da população de um Estado que não se sinta atraída pelo inglês. Para alguns, o fenômeno se explica pelo fato de ser uma língua materna; para outros, pela perenidade da influência colonial e mais frequentemente ainda pelo peso político do mundo de língua inglesa e por seu sucesso insolente em todos os âmbitos da vida científica, econômica e industrial, que a torna atraente, qualquer que seja o peso das tradições com as quais ela se enfrenta. Não há nenhuma categoria humana que não se veja afetada pela universalidade da difusão da língua inglesa, nem mesmo as organizações terroristas. Neste caso a instalação de redes é facilitada pelo inglês. [...] O universalismo da língua inglesa é justamente sua primeira característica. (p.17)

É bom historicizar, como vimos fazendo, o argumento de Breton. O universalismo a que ele se refere se situa no plano de uma história de colonização e imperialismo, pois a desenfreada expansão da língua inglesa está ligada ao poderio mundial assumido pelos Estados Unidos, no decorrer do século XX. Quando a Inglaterra perde seu predomínio mundial, sua ex-colônia; os Estados Unidos começaram sua própria expansão, depois de 1950. Essa expansão do império norte-americano consolidou de vez a posição da língua inglesa. Segundo Rajagopalan (2005), tal expansão gera reações diversas naqueles que se sentem diretamente afetados por ela. No livro *A Geopolítica da Língua Inglesa* (2005), ele tece algumas considerações sobre como enfrentar a hegemonia da língua inglesa, bem como suas limitações, entre elas o da rejeição sumária ao (uso do) inglês.

Segundo este autor, “uma das formas mais comuns de se posicionar diante da invasão da língua inglesa em nossas vidas é erguer uma muralha de rejeição psicológica contra o idioma e tudo o que ele representa” (p.140). É o caso, já comentado de Wa Thiongo que rejeitou a língua inglesa sob a alegação de que a plenitude de uma obra literária; reside na sua expressão na língua “materna” do autor, posicionamento que Rajagopalan (2005) considera duvidoso, porquanto grande parte dos escritores que compõe a literatura inglesa é estrangeira, não obstante o fato de escreverem em inglês, não comprometeria a qualidade de suas obras, nem seu engajamento político. O autor cita Joseph Conrad e acrescentamos à lista Oscar Wilde, Bernard Shaw, James Joyce, e Samuel Beckett. Este último, sendo irlandês, optou por escrever a primeira versão da peça *Esperando por Godot* em francês³, tendo-a revertido posteriormente para o inglês⁴. Alguns deles manti-

³ *En Attendant Godot*

⁴ *Waiting for Godot*

veram posição política anti-imperial, mas mesmo assim escreveram em inglês, de modo a se fazerem ouvir pelos próprios ingleses.

Para Rajagopalan (2005) “aceitar a realidade da língua inglesa no mundo de hoje não implica aceitar pacificamente todas as suas consequências. Pelo contrário, é possível pensar formas eficazes de enfrentar o desafio e desenvolver estratégias de resistências” (p.149). Para tanto, Rajagopalan, tentando encontrar um contraponto entre a radicalidade de Wa Thiongo e a “aparente” subserviência de Chinua Achebe; citado pelo autor queniano pondera ser necessário posicionar-se criticamente diante da hegemonia do inglês, e o primeiro passo, segundo este autor, implica a conscientização de razões ideológicas e históricas implícitas na expansão deste idioma.

A posição do linguista indiano, assim, se aproxima daquela advogada por teóricos do chamado pós-colonialismo, que se aproveitam da penetração do inglês para denunciar, em suas obras, o imperialismo econômico e cultural que sobreviveu à descolonização política. Ele aplica, em muitos sentidos, à língua inglesa argumentos levantados para discutir a hegemonia cultural Ocidental por teóricos culturais como Edward Said (1995) e Homi Bhabha (2001). Para esses autores, em um mundo cada vez mais complexo, como diria Stuart Hall (2003), onde as relações históricas, de longo prazo, tornaram impossível reivindicar a origem mítica que legitima o pertencimento a esta, ou àquela sociedade. Assim sendo, a língua do colonizador já perdeu sua relação essencial com a sociedade metropolitana; já é a Língua hifenizada de tantos outros lugares, de tantos Calibans: inglês-australiano, inglês-indiano, inglês-ganese, *World English*. Nesse contexto, o que foi a língua de Shakespeare já é para usar uma expressão de Edouard Glissant (1996) a língua de “todo-o-mundo.”

O contexto diaspórico em que escreve Kanavillil Rajagopalan é diferente daquele em que Wa Thiongo escreveu. Nas últimas décadas, a posição anti-imperial se deslocou para o que Boaventura de Souza Santos (1995) chama de multiculturalismo cosmopolita. Nessa nova fase, a luta anti-imperial se tornou uma luta pelo direito à diferença em um contexto em que emerge sujeitos híbridos, hifenizados, que vivem sua identidade a partir de mais de uma referência cultural, de modo que, os binarismos e as velhas relações de poder verticais entre colonizador e colonizado perdem seu sentido histórico. Nesse mundo de multiculturalismo cosmopolita, o que chamamos de outra política identitária de Rajagopalan se contextualiza.

Conclusão

Nos últimos anos, os teóricos chamados pós-coloniais como Edward Said (1995), Homi Bhabha (2001), Stuart Hall (2003) para citar os mais conhecidos têm se preocupado em problematizar os binarismos que geralmente vêm à tona quando o tema de discussão são as relações entre colonizadores e colonizados. A Língua é um objeto apropriado a essa tentativa de superar esses binarismos, pois tem sido vista como um dos instrumentos de dominação colonial. O que nos propomos, contudo, não foi dar uma resposta a essa questão, mas discorrer sobre esse debate, seguindo os argumentos de dois intelectuais pós-coloniais que tratam do problema, o queniano Ngũgĩ Wa Thiong'o e o indiano Kanavillil Rajagopalan, tentando ler seus argumentos como projetos identitários. O primeiro um projeto de identidade étnico e nacional; o segundo, um projeto pós-nacional e cosmopolita.

Desse modo, a posição de Rajagopalan que poderia parecer mais isenta também está embebida de um posicionamento político e identitário ligado ao intelectual pós-colonial diaspórico, que ele mesmo é. O contraponto entre essas duas posturas, mais que resolver o problema, é ajudar a entender as complexas relações entre Língua, Identidade e Poder no mundo pós-colonial.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- APPIAH, K. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- BHABHA, H. K. *O local da Cultura*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2001.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRETON Le, J-M. Reflexões anglófilas sobre a geopolítica do inglês. In: LACOSTE, Yves. [org.], RAJAGOPALAN, K. *A Geopolítica do Inglês*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- HOBBSBAWN, E. J. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 6. ed, 2002.
- FRANTZ, F. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2008.
- FERNANDEZ, R. R. *Caliban e outros ensaios*. São Paulo: Busca Vida, 1998.

GLISSANT, E. *Introducción a una poética de lo diverso*. Barcelona: Ediciones Del Bronce, 1996.

HALL, S. *Da Diáspora: Identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: EdUFMA, 2003.

LACOSTE, Y. Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês. In: LACOSTE, Y. [org.], RAJAGOPALAN, K. *A Geopolítica do Inglês*. São Paulo: Parábola, 2005.

MEMMI, A. *O retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

PHILLIPSON, R. *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

RAJAGOPALAN, K. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil. Por uma política prudente e propositiva. In: LACOSTE, Y. [org.] RAJAGOPALAN, K. *A Geopolítica do Inglês*. São Paulo: Parábola, 2005.

SHAKESPEARE, W. *A tempestade*. Tradução Bárbara Heliodora. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999.

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. 7.ed. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1995.

SÉBILLE-LOPEZ, P. Os britânicos e a língua inglesa na África em geral e na Nigéria em particular. LACOSTE, Y. [org.], RAJAAGOPALAN, K. *A Geopolítica do Inglês*. São Paulo: Parábola, 2005.

THIONGO'O, N. W. *Decolonizing the Mind*. The politics of language in African literature. Portsmouth: New Hampshire, 1986.